

1 **Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social - SEDS/PR**
2 **Secretaria Executiva dos Conselhos – SEC**
3 **Rua Jacy Loureiro de Campos, s/n – 5º Andar Bloco 'C' -**
4 **Palácio das Araucárias**
5 **CEP 80530-915**
6 **Curitiba - Paraná**
7



8
9 **CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CEAS/PR**

10 **ATA DA ASSEMBLEIA ORDINÁRIA CEAS/PR 12/07/2013**

11
12 Aos doze dias do mês de julho do ano de 2013, às 8h30 minutos em primeira convocação na
13 **sala 10 da Universidade Paranaense – UNIPAR**, Campus de Cascavel, a rua Rui Barbosa, n.º
14 611, foi realizada a **Assembleia Ordinária Ampliada e Descentralizada do Conselho**
15 **Estadual de Assistência Social- CEAS/PR**, para a qual os conselheiros foram previamente
16 convocados. No momento da abertura, através de auto-apresentação, contabilizou-se o número
17 de Conselheiros suficiente para haver quórum qualificado. **Presenças:** Marcela Evangelista
18 (SEDS) , Gladys Tortatto (SEDS), Franciele Schimtz (SEDS-Escritório Regional de Francisco
19 Beltrão), Vanderlei Augusto da Silva (Pastoral da Criança - Cascavel), Ataíse de Lima Maronese
20 (NUCRESS), Laura Moreira de Souza (CRESS-11.º Região de Cornélio Procopio,) Artur dos Santos
21 Andrade (NASA de Foz de Iguaçu), Maria Auxiliadora Marçal de Lima (PAIF/CRAS de
22 Sarandi) Eunícia Aparecida Lohn (SEJU), Leandro Nunes Meller (SEDS), Letícia Reis
23 (SEDS), Adriana Cristina de Lima (CRESS-11.º Região - União da Vitória), Marli Mussulini
24 (SETS), Edite Terezinha da Rocha (CEASA/SEAB), Inês Roseli Soares Tonello (APAE de Francisco
25 Beltrão), Plínio Marcondes Madureira (APAE de Jacarezinho), Sandra Regina Costa (SETI), Evandra
26 Suzane Bazzo (SEPL), Delvana Oliveira (SEED), Noemi Esther Brittes (SESA), Elenice Malzoni (SEDS)
27 Moisés Moura Saura - (PG E /PR)- **Total: 22 Conselheiros – Dra. Danielle Massignan**
28 **Vieira, apoio Jurídico da SEDS.** Na sua saudação, o Presidente do Colegiado **Leandro N.**
29 **Meller**, mostrou-se entusiasmado pela presença expressiva de Conselheiros, nessa **1º Reunião**
30 **ampliada e descentralizada do CEAS-PR**, dessa gestão, ocorrida no dia anterior no anfiteatro
31 da UNIPAR. O Presidente referiu-se às fichas de avaliação dos participantes de todo o Estado
32 (Conselheiros Municipais e gestores), cujo conteúdo trouxe aspectos relevantes e positivos no
33 que se refere às falas dos palestrantes. Por outro lado, as questões negativas também foram
34 detectadas tais como: -descumprimento da programação, diversos lances de escada para
35 acessar o anfiteatro, coffee break, muito próximo do almoço ,etc . questões possíveis de serem
36 melhoradas para os próximos eventos a serem concretizados, (possivelmente serão realizadas 2
37 reuniões em 2014). **O Conselheiro Leandro Meller** formulou um especial agradecimento
38 dirigido aos Conselheiros presentes representantes da SEDS bem como de todas as Secretarias
39 de Estado, e os membros da Sociedade Civil Organizada oriundos de todos os recantos desse
40 Paraná. Renovou ainda a informação de que o quórum verificado legitimizará todas as
41 deliberações que procederão dessa Assembleia. Com uma atenção especial, o Conselheiro
42 Presidente passou a palavra para a Conselheira **Inês Roseli Tonello** que , na qualidade de
43 Vice-Presidente do Colegiado saudou os presentes. Avaliou ser necessário ressaltar que o
44 período da tarde do evento anterior teve um resultado fantástico com a sequência das três falas
45 trazendo uma maior compreensão sobre a realização das Conferências. Percebia-se que as

46 pessoas mostravam-se muito atentas para não perder a essência daquilo que estava sendo
47 repassado. Parabenizou a todos, garantindo a satisfação explícita dos participantes com quem
48 conversou. Aproveitou o ensejo para patentear um agradecimento ao **Conselheiro Vanderlei**,
49 exercendo naquela oportunidade o seu papel de anfitrião. Celebrando o bom desfecho da
50 Reunião Descentralizada, a **Conselheira Elenice Malzoni (PSE/SEDS)** apontou a necessidade
51 de se elaborar uma avaliação criteriosa sobre a efetividade desse momento, do que foi a
52 estrutura e conteúdos, no sentido de se aprofundar o custo benefício, como foram as
53 participações, pois todos esses dados serão preciosos para o planejamento das próximas
54 reuniões em outras regionais. Segundo o **Conselheiro Presidente**, o passo seguinte será
55 realizar a sistematização das fichas de avaliação, pautar nos trabalhos da Comissão trazendo
56 após para o Conselho. Oportunizando a participação, ficariam muito claros os reais objetivos
57 dessa ação, se houve transparência quanto gestores e Conselheiros se fizeram presentes, na
58 verdade uma avaliação séria na proporcionalidade de quem esteve presente. Na sequência, a
59 **Conselheira Maria Auxiliadora** manifestou-se afirmando que a seu ver, o evento estava muito
60 bem organizado, com ênfase para a hospedagem e coffee break. Exaltou o teor das falas, todas
61 elas com informações importantes e acessíveis. Apreciou os textos apresentados pelo
62 Cerimonial e a simpatia do **Conselheiro Vanderlei**, no seu papel de anfitrião. A **Conselheira**
63 **Atáise** também fez uma avaliação positiva porém, chamou a atenção para o fato de alguns
64 municípios não terem permanecido no período da tarde, isto porque as suas Conferências já
65 tinham sido realizadas. Assim, fica claro que essas informações poderiam ter sido multiplicadas
66 para os municípios um mês atrás. Concordando o, **Conselheiro Plínio**, garantiu que nunca é
67 inválido receber esses conteúdos. A **Conselheira Francielle**, representante dos Escritórios
68 Regionais ressaltou que, dos 27 Municípios da sua jurisdição, compareceram apenas dois.
69 Mesmo tendo participado de diversos eventos, teve um expressivo acréscimo de conhecimentos
70 ao participar dessa Reunião Ampliada. Assegurou a **Conselheira Atáise** que no decorrer dos
71 seus anos de atuação, é a primeira vez que os Municípios têm o apoio do Estado, no sentido de
72 discutir, preparar e organizar esses eventos. Concluiu que essa empreitada foi muito bem
73 trabalhada. Atento às colocações, o **Conselheiro Presidente** entendeu que apesar do foco das
74 discussões ser Conferências, a abordagem dos 6 eixos retrata o dia a dia do trabalho da maioria,
75 é a prática de todos, na verdade é um preparatório para atuar na gestão da SUAS. Segundo a
76 **Conselheira Francielle**, o lado positivo também foi a Presidência do Conselho enquanto
77 Assessoria Técnica, trazer sistematicamente essas informações para os Municípios, já que esses
78 as tem, porém de forma fragmentada. Na sequência, o **Conselheiro Vanderlei** (Pastoral da
79 Criança) deu as boas vindas ao grupo do CEAS/PR, acolhendo a todos de uma forma carinhosa,
80 já que nesse momento se apresentava como anfitrião. Tema como pisos, repasse Fundo a Fundo
81 são de extrema importância para os Municípios. Sugeriu que no 1º quadrimestre de cada ano, o
82 Conselho poderia realizar essa Reunião Ampliada, chamando os Municípios para a discussão. O
83 evento descentralizado poderá ser num programa social e a ampliada num espaço como a
84 Universidade, pois o importante é também ouvir a demanda das pessoas. Por outro lado,
85 pontuou que a Assessoria da Imprensa da SEDS deverá divulgar os eventos do Conselho,
86 envolvendo a mídia regional. Concluiu o Conselheiro que é a primeira vez que este Colegiado
87 está cumprindo o seu papel, pois o interior sempre sentiu essa imensa distância com o Conselho
88 Estadual. O **Presidente Leandro** pautou para a próxima reunião a sistematização das

89 avaliações, a apreciação do CEAS/PR com um debate mais aprofundado. Na sequência, deu as
90 boas vindas a nova Conselheira **Laura Moreira de Souza**, representante do CRESS/PR-
91 Regional de Cornélio Procópio, bem como a **Conselheira Elenice Malzoni**, técnica da SEDS
92 alçada à função de Coordenadora da Proteção Social Especial – PSE. Num novo momento, o
93 **Presidente Leandro** concitou a todos para que se procedesse uma auto apresentação dos
94 presentes, formalizando o número de Conselheiros para o início dos trabalhos. **Conselheiros:**
95 Sandra, Plínio, Inês Roseli, Evandra, Edite, Marli, Noemi, Delvana, Moisés, Maria Auxiliadora,
96 Artur, Eunícia, Laura, Ataíse, Adriana, Vanderlei, Francielle, Gladys, Elenice, Letícia, Marcela e
97 Leandro. Presentes ainda a Secretária Executiva Helena, bem como a representante do Núcleo
98 Jurídico da Administração/SEDS, Dra Danielle Massignan Vieira. **Apreciação da**
99 **pauta: Abertura para inclusões. Conselheira Gladys 1-** Inclusão dos Municípios de Marumbi
100 e Nova América da Colina na construção de CRAS **2- Conselheira Elenice-** Credenciamento dos
101 serviços de acolhimento institucional e deliberação do CEAS incluindo o Município de Palotina na
102 continuidade do PAEFI. **3-** Exclusões nos informes gerais do item 15,3. **4- Secretária Helena –**
103 Comissão Temporária para acompanhamento do Plano Estadual de Capacitação. **5- Presidente**
104 **Leandro** – Da parte do Coronel Barros (Defesa Civil)- atendimento com auxílio de benefício
105 eventual para situações de emergências e calamidades públicas, dirigidas a 78 municípios. **6-**
106 Informe sobre o 3º Seminário de acompanhamento da frequência escolar do Programa Bolsa
107 Família. **°Aprovada a pauta com as citadas inclusões. °Aprovada a ata da Assembleia**
108 **Ordinária do mês de junho/2013. °Informes da Secretaria Executiva- Secretaria**
109 **Executiva Helena.N.Gimenez. ° 10/06/13 Ofício 01/2013, FORUM REGIONAL DE ASSISTÊNCIA**
110 **SOCIAL-FOREAS Ivaiporã. ° Solicita Reformulação da LEI Nº 4735 de 12 de abril de 1996 em**
111 **seu artigo 9º que contempla a composição do Conselho Estadual de Assistência. °13/06/13**
112 **Processo 11.980.738-7, Clínica de recuperação parceria com a SEDS no atendimento a**
113 **dependentes químicos. ° 14/06/13 Processo 11.370.771-2, Nova América da Colina recursos**
114 **para construção de CRAS. ° 17/06/31 Ofício 024/2013, CMAS Sarandi em resposta ao Ofício**
115 **65/2012/CEAS. ° 05/07/13 Ofício 099/2013, Prefeitura de Guaraqueçaba Municípios a serem**
116 **contemplados com CRAS. ° 08/07/2013 Processo 12.062.614-0, CEDCA Representantes da**
117 **Política de Assistência Social para compor Comissão. ° No dia 01/07 o conselheiro Eugênio**
118 **justificou ausência na reunião devido a compromissos pessoais. ° No dia 09/07 a conselheira**
119 **Carolina justificou ausência dela e de seu suplente por conta de motivos de trabalhos. Na**
120 **sequência, a Vice-Presidente Inês Roseli Tonello** questionou se a SEC havia recebido a
121 convocação para a reunião do FONACEAS, cujo encontro iria ocorrer em Belém e recentemente
122 houve a alteração para o Porto Alegre, em 22 de julho. Como não se obteve nenhum
123 comunicado, o **Presidente Leandro** pontuou:- Se a referida convocação chegar após a
124 realização da Assembleia desse Colegiado, para ser viabilizada a participação do
125 Conselho no evento, deverá ser elaborada uma “Resolução ad referendum”, com posterior
126 aval do CEAS/PR e consequente deliberação. **°Item 5- “Proposta de deliberação que**
127 **normatiza o incentivo Família Paranaense para o ano de 2013.** Leitura desse
128 documento na tela pela coordenadora do programa **Letícia Reis**. Algumas colocações
129 foram levadas a efeito sobre a normatização desse incentivo, cujo documento já havia sido

130 pactuado na CIB. Hoje já são 130 Municípios considerados prioritários, dos quais 100
131 seriam beneficiados (Deliberação 06/2012), uma vez que 30 já receberam recursos de
132 maneira convencional. **°Fonte 2,57-Valor R\$: 3.200.000,00** (três milhões e duzentos mil
133 reais). O representante da PGE, **Conselheiro Moisés Saura** colocou algumas orientações
134 sobre vários procedimentos desse Programa, complementados pela Conselheira Marcela
135 no que se refere à prestação de contas. **Dr. Moisés** apontou ainda um alerta: a etapa
136 prévia de criação desse incentivo ainda demanda alguns estudos, a criação do autorizo
137 bem como a regulamentação, definição do formato e providências internas na SEDS a
138 serem desenvolvidas. Sem outras considerações, a proposta foi considerada **aprovada**
139 pelos Conselheiros. **°Plano de ação do Piso Paranaense de Assistência Social e do**
140 **incentivo do Família Paranaense -Conselheira Marcela.** Informou-se que para os
141 Municípios estarem aderindo e externando como irão utilizar os recursos, alguns
142 procedimentos estão sendo vistos pelo Núcleo de Informações. 1-Abertura das contas
143 através do Banco do Brasil, nos mesmos moldes utilizados pelo Fundo Nacional. 2 - Cria-
144 se um sistema via Web online, permitindo a adesão e o preenchimento do Plano de Ação.
145 Esses trâmites exigirão do Núcleo de Informações uma demanda maior de tempo, e talvez
146 seja necessário fazer os procedimentos manuais. Para um melhor entendimento, a
147 conselheira Marcela apresentou o documento em tela e as dúvidas foram devidamente
148 sanadas, quanto aos serviços e previsão de financiamento. (A grande meta é pagar 4
149 parcelas ainda este ano). **°Em apreciação- Aprovado o Plano de Ação. °Minuta de**
150 **Deliberação para regulamentação dos Benefícios Eventuais no Estado do Paraná.** Foi
151 constituída uma Comissão na SEDS e essa minuta já foi pactuada na CIB e apresentada
152 na tela pela **Conselheira Gladys.** Esclarecendo melhor a **Conselheira Elenice** informou
153 que foi montada uma Câmara de Estudos, submetida à CIB. Abre-se um artigo sobre
154 calamidade pública: - o que consta na regulamentação é cópia fiel da diretriz nacional.
155 Iniciará, com os 86 municípios mais vulneráveis e a previsão para o próximo ano será
156 dobro desses número, praticamente ampliando o piso e proporcionando uma cobertura de
157 100%. Depois de mais alguns esclarecimentos, os Conselheiros entusiasticamente
158 aplaudiram pois vivenciavam um momento histórico. Segundo foi ressaltado, há 20 anos da
159 LOAS aguardava-se o momento no qual o Estado participaria no cofinanciamento dos
160 benefícios eventuais. **°Aprovada a minuta por unanimidade, com louvor. °Termo de**
161 **Aceite do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI.** No seu papel, a
162 **Coordenadora Elenice Malzoni** repassou aos Conselheiros a informação de que o aceite
163 provém do órgão gestor e do CEAS, com o prazo findando nesta data, para os 17
164 Municípios que estão nessa adesão. Tendo em mãos o levantamento datado de 8 de julho,
165 o valor mensal a ser repassado será de R\$ 112.100,00 em 12 meses. **Municípios**
166 **Elegíveis(17)** - Apucarana- Cascavel- Colombo- Curitiba- Foz do Iguaçu- Francisco

167 Beltrão- Itaperuçu- Honório Serpa- Londrina- Maringá- Nova Laranjeiras- Nova Prata do
168 Iguaçu- Prudentópolis- Ponta Grossa- São José dos Pinhais- Toledo- Três Barras do
169 Paraná (desses somente 13 haviam repassado esse termo). O recurso para o Fundo
170 Estadual é de R\$20.400,00 , mudando de acordo com as metas de cada município. Foi
171 relatado que a Sra. Secretária da Família Fernanda Richa já assinou os documentos
172 formais do aceite do Estado enquanto a Deliberação do CEAS será encaminhada através
173 do Escritório Regional de Cascavel, uma vez que o prazo final estaria expirando nesta
174 data. Pedindo a palavra, o **Conselheiro Artur** (NASA de Foz do Iguaçu) comunicou que o
175 seu município aprovou o aceite na ultima 4º feira. Ao mesmo tempo, a **Conselheira Ataíse**
176 questionou: se com o reordenamento dos serviços de convivência, PETI seria encerrado, já
177 que as ações serão paralelas. Esclareceu a **Conselheira Gladys**, afirmando que o PETI é
178 um programa composto por várias ações:trabalho com a família, campanhas de
179 sensibilização no Município e uma delas é o serviço de convivência. Declarou que 379
180 Municípios assinaram o termo. Oficializando a questão, a **Coordenadora Elenice** distribuiu
181 uma cópia do Termo já assinado pela Secretária de Estado Fernanda Richa. Foi relatado à
182 **Conselheira Noemi** (SESA) que os Municípios nomeados foram elencados baseados no
183 maior índice de trabalho infantil. A **Vice-Presidente Inês Roseli Tonello**, no exercício da
184 Presidência, considerou a questão **aprovada**, com a elaboração posterior dessa
185 Deliberação. °**Cofinanciamento Estadual para residências inclusivas- A Coordenadora**
186 **Elenice Malzoni** disse ter a informação de que 22 municípios estavam elegíveis para esse
187 processo e desses apenas 08 fizeram o aceite para o desenvolvimento desses serviços-
188 **Apucarana (3 residencias), Colombo (2), Foz do Iguaçu (2), Londrina (1), Pato Branco**
189 **(1)**. O governo Federal repassará os recursos Fundo a Fundo e o Estado irá cofinanciar as
190 residências inclusivas desses 8 municípios, e em âmbito estadual serão assumidos mais
191 dois. Foi esclarecido também que cada residência será para 10 crianças e jovens com
192 deficiências; Municípios não aderiram tendo em vista não possuir recursos para a devida
193 contrapartida.-**APROVADO**. °**Balancete FEAS/PR Junho/2013**. A **Conselheira Marcela**
194 (Financeiro/SEDS), apresentou os balancetes das Fontes 257 (DETRAN), Fonte IGDE,
195 Bolsa Família, Fonte 281-IGDE SUAS e o CEAS/PR, mostrou-se ciente com da
196 apresentação. °**Minuta de Deliberação para a construção de novos CRAS**. Foi citado
197 pelo **Conselheiro Presidente Leandro Meller** que no ano passado deliberou-se pela
198 construção de 6 novos CRAS e desses 2 municípios acabaram desistindo. Conforme
199 determinado, nesse caso deveriam ser apontados os próximos, obedecendo a
200 hierarquização. Objetivando formalizou essa medida, o Núcleo Jurídico da Administração
201 solicitou uma nova deliberação através da qual o Conselho teria ciência e fazia constar do
202 documento os nomes desses dois Municípios seguintes:-**Nova América da Colina e**
203 **Marumbi**, já elencados com base na Deliberação anterior de número 33 -**APROVADO**.

204 Segundo a técnica Gladys Tortatto estão previstas determinadas metas para 2013, com a
205 construção de 35 novos CRAS. Vale dizer que a SRA. Secretária da Família batalha pela
206 conquista de novos recursos para atender a meta de 29 Unidades. A Deliberação nº26
207 estabelece os critérios de partilha para a construção de novos CRAS, baseados no
208 CENSO de 2012.Foi relatado que dos primeiros 29 Municípios que não tenham sido
209 elencados na expansão do Governo Federal, serão contemplados em 2013. O Conselho
210 deverá enviar a cópia dessa Deliberação aos 29 Municípios contemplados, com prazo até
211 12 de agosto. Segundo o Conselheiro e representante da Procuradoria do Estado,**Dr.**
212 **Moisés Saura**, para não se incorrer em problemas com a Lei Eleitoral, as construções
213 deverão ser iniciadas ainda este ano.-**Aprovada a minuta, com as correções apontadas.**
214 **°Retorno do Folder da Campanha do FEAS/PR.** Nesse momento de avaliação, a
215 **Secretária Executiva Helena N. Gimenez** demonstrou aos Conselheiros o modelo de
216 cartaz, folder e placas referentes a essa Campanha. Algumas sugestões foram
217 apresentadas sobre adequações de texto. **Aprovada a proposta.(Conselheira Sandra**
218 **Costa).** **°Manifestação sobre chamamento do Concurso Público- Protocolado nº**
219 **11.999.118-8.** Helena Gimenez (Secretária Executiva), informou que o CEAS/PR já
220 analisou no mês de junho a correspondência de uma denunciante sobre a vigência de um
221 concurso público na região de Cianorte (Edital nº115/2009 SEAP) no qual houve a
222 desistência da 1º colocação e a 2ª não foi chamada . A Secretária Executiva encaminhou
223 ofício a Secretaria da Administração que respondeu através de protocolado. Considerando
224 o fato de que a denunciante também apontou irregularidades na constituição da equipe do
225 Escritório Regional de Cianorte, no qual garantiu que atuam somente servidores
226 comissionados, a SEC também acionou a chefia do Grupo de Recursos Humanos da
227 SEDS que também providenciou um esclarecimento. A questão não parou por aí:-a pessoa
228 em questão também acionou a Ouvidoria do CNAS no formato de denúncia, acusando o
229 CEAS/PR de omissão, o que não condiz com a verdade. Concluiu-se que não compete ao
230 Conselho interferir na análise desse chamamento, sendo essa competência é da
231 administração do Estado. Analisando as demais documentações, percebeu-se que o
232 chamamento tem sido realizado em conformidade com as legislações que regem sobre
233 concursos públicos e a convocação dos novos candidatos. Providências: -Ofício a
234 Denunciante sobre os procedimentos que o Estado vem realizando para o chamamento
235 desses candidatos. Considerando a Resolução nº002/2013-CEAS/PR, a qual indica “**AD**
236 **Referendum**” os Conselheiros desse Colegiado para participar da Reunião Ampliada e
237 Descentralizada do Conselho Nacional de Assistência Social, a ser realizada nos dias 23-
238 24 e 25 de julho, em Porto Alegre, R.S, o plenário referendou tais indicações e possíveis
239 substituições, a saber :- 1 Artur dos Santos Andrade- 2- Vanderlei Augusto da Silva -3-
240 Maria Auxiliadora Marçal de Lima- 4- Elenice Malzoni (substituindo Larissa Tissot) 5-

241 Marcela Divair Martins Evangelista – 6- Letícia Reis (substituindo Leandro Nunes Meller)-
242 7- Helena Navarro Gimenez (Secretária Executiva) (ampliar a participação de outras
243 pessoas). - **Aprovada a (nova Deliberação- nº-039/2013- Resolução Ad referendum**
244 **com CEAS/PR -12/07/2013). °Comissão Temporária de acompanhamento da**
245 **elaboração do Plano de Capacitação.** Comunicou-se que a 1º reunião desse grupo está
246 agendada para 29 de julho/13, um dia antes da realização de reunião da CIB, na qual será,
247 possivelmente, pactuado o Plano Estadual de Capacitação. Num primeiro momento, tem
248 -se a indicação do **Conselheiro Plínio** e a segunda referência a **Conselheira Daiane**,
249 ausente nessa plenária. Caso ela esteja impossibilitada, a segunda opção recairá sobre o
250 **Conselheiro Artur**. Na sequência, a **Coordenadora Elenice Malzoni** relatou que fechou-
251 se o termo de referência do CAPACITA SUAS e das Instituições de Ensino Superior
252 envolvidas, sabe-se que a Universidade Estadual de Ponta Grossa retirou-se do certame.
253 °**PAEFI de Palotina-** Na informação seguinte a **Coordenadora -PSE Elenice Malzoni**
254 esclareceu que existiam pendências que o Escritório Regional ainda não repassou. Dessa
255 forma,essa situação será pautada na próxima reunião. °**Credenciamento do acolhimento**
256 **institucional pela PSE. A técnica Elenice** entendeu que o Conselho já se manifestou e a
257 Coordenação tomará todas providências para se ter o edital. Ao mesmo tempo, referindo-
258 se à informação prometida, pontuou que crianças e adolescentes deverão ser acolhidas
259 em unidades próprias para essa faixa etária - Residências inclusivas direcionadas á
260 **população jovem e adulta até 19 anos.** A necessidade de um credenciamento a ser
261 realizado pela Coordenação - PSE , apontada através da Deliberação nº15/2013. Trata-se
262 de um processo muito trabalhado com o envolvimento do Núcleo Jurídico, Diretoria geral e
263 o próprio Gabinete. Foi informado existir uma grande pendência com a instituição Padre
264 João Ceconello, e está sendo necessário buscar alternativas eficientes, para poder
265 direcionar toda a clientela com problemas para outras unidades de abrigamento no Estado.
266 O credenciamento foi dividido em 8 lotes, com competências claras de exigências de
267 habilitação;elaborou-se um levantamento das Unidades existentes no Paraná, fazendo
268 uma cobertura para os 399 Municípios. Uma outra medida foi amadurecer a ampliação
269 desses oito lotes. A Coordenadora **Elenice Malzoni** veio a externar que o valor per capita
270 anteriormente utilizado era de (R\$ 1.900.00), hoje chega a R\$ 2.360.00 por pessoa
271 acolhida, mediante estudos e orçamentos. Segundo foi expressado, para se proceder um
272 convencimento para que haja atuação em rede, a entidade precisa ter a prática do
273 acolhimento. Atento a todas as questões, o **Conselheiro Presidente Leandro Meller**
274 informou já existir uma Deliberação do CEAS/PR- haveria a necessidade de outro
275 documento para referendar a autorizo do Conselho? Segundo o **Coordenadora Elenice**, o
276 foco prioritário para esse credenciamento seria para essas 86 vagas, não sendo possível
277 afirmar nada no que se refere a uma ampliação. Dois pontos mereceriam todas as

278 atenções: - 1º é necessário ampliar a participação para o credenciamento das Instituições.
279 2º- uma nova Deliberação iria retratar o posicionamento do CEAS/PR, no sentido de
280 apoiar a mudança do valor “per capita”. (R\$ 2,350.00). Considerando os aspectos
281 mencionados, o **Presidente Leandro** tornou inteligível as questões: -Aprovar a mudança
282 do valor per capita, garantindo a manutenção das vagas. Se houver necessidade de
283 ampliação, parte-se para essa medida lembrando que essa possibilidade implicará também
284 num aumento orçamentário do Fundo. Ao se deparar com a questão financeira, apelou-se
285 para os conhecimentos da **Conselheira Marcela** (Financeiro da SEDS), averiguando a
286 existência de folga nos recursos. **APROVADO. °Encaminhamento:** - Formatação de nova
287 Deliberação com as indicações aprovadas pelo Conselho. Na sequência dos trabalhos, o
288 **Presidente Leandro** comunicou ao plenário o recebimento de mensagem da parte do
289 **Tenente- Coronel Barros (Defesa Civil)**, que deveria se fazer presente a Assembleia do
290 CEAS/PR, não sendo possível cumprir esse compromisso devido ao fechamento do
291 aeroporto de Curitiba. Sendo assim leu-se na íntegra o documento enviado e que seria o
292 foco da apresentação a ser levada a efeito pelo militar e representante da Defesa Civil. No
293 qual solicitou o atendimento aos municípios considerando a extensão dos danos
294 ocasionados objetivando o atendimento diferenciado para o restabelecimento do acesso e
295 garantia do direito que foi violado ser acessível novamente. Tendo em vista a inclemência
296 das constantes chuvas que tem assolado o Paraná, diversos municípios encontram-se em
297 situação de calamidade. As tristes questões foram se somando, originando a expedição de
298 dois Decretos;- o primeiro deles contempla 59 Municípios e o segundo ampliaria o para
299 mais 21 municípios, totalizando 80 municípios com situação de emergência decretada.
300 Estudos foram realizados, identificando a qualidade dos benefícios a serem prestados a
301 esses municípios, sendo que foi destacado a necessidade do restabelecimento de acesso
302 à serviços e atendimento da rede socioassistencial e para isto a defesa civil identificou a
303 extensão dos danos que levou a restrição de acessibilidade, bem como o número de
304 famílias que estariam afetadas por esta restrição, e que o valor seria repassado conforme
305 extensão destes danos para sua reestruturação num valor diferenciado município por
306 município como é o caso do exemplo dado do Município de Planaltina do Paraná,
307 concluindo que os valores chegariam a R\$ **3.090.480,00** (três milhões noventa mil,
308 quatrocentos e oitenta reais). Numa decorrência direta do assunto, o **Conselheiro Plínio**
309 pontuou que os Municípios deverão se comprometer a fazer uso desse recurso
310 diretamente às famílias. A técnica e **Conselheira Gladys Tortatto** esclareceu que um
311 Município ao entrar em calamidade pública, as famílias vitimizadas são devidamente
312 cadastradas e recebem os auxílios mediante recibo. Após algumas discussões, entendeu-
313 se que as situações de calamidade pública incluem-se em serviço tipificado da PSE. Foram
314 informados os números dos Decretos expedidos:- **Decreto nº8460/2013-** Benefícios

315 dirigidos a 59 Municípios. Envidando esforços para qualificar as informações, a
316 **Coordenadora Elenice Malzoni** definiu que trata-se de um serviço que não pode ser
317 confundido com benefícios eventuais. Essas famílias precisam ser acompanhadas,
318 lembrando que se trata de uma situação de calamidade e os recursos serão alocados no
319 FEAS. Alguns Conselheiros opinaram:- a **Conselheira Ataíse** sugeriu que no termo
320 deveria constar o acompanhamento do Conselho, já o **Conselheiro Plínio** considerou que
321 enquanto Comissão, o Conselho deverá estar junto à Defesa Civil, objetivando
322 salvaguardar que a execução dos recursos seja direcionada à tipificação dos serviços de
323 assistência social. É necessário entender que essa aproximação deverá existir com a
324 exigência de relatórios dos serviços prestados e a certeza de que os Municípios deverão
325 ter responsabilidade criminal. Os Escritórios Regionais deverão estar mais próximos,
326 devidamente orientados através de uma nota técnica. Informando residir no Município de
327 Doutor Camargo, a **Conselheira Maria Auxiliadora** testemunhou que em 50 anos, nunca
328 ocorreu uma enchente como a dos últimos dias. Finalizando o assunto, o **Presidente**
329 **Leandro Meller** falou ao telefone com o **Tenente - Coronel Barros**, tomando as últimas
330 informações. A primeira leva de atendimento já foi realizada, para famílias sem acesso à
331 área de saúde e nem escolas. Esse recurso seria prioritariamente para proporcionar
332 acesso a serviços de infraestrutura e também acesso a direitos que estão sendo violados
333 por conta dessa situação, para que seja feita a articulação para o atendimento para
334 recompor o acesso para retomar a garantia de direitos violados, acesso a serviços e
335 acesso a direitos com a recuperação da infraestrutura que garanta a retomada destes
336 acessos, considerando o impacto dos danos e o atendimento diferenciado por município
337 considerando estes impactos. O Conselho poderá indicar alguém para junto à Defesa estar
338 acompanhando essas ações e a aplicação deverá estar condicionada à normativa da
339 Assistência Social. °**Aprovada** a questão sem oposições com a expedição de uma nota
340 técnica para os Municípios, para a Defesa Civil e Escritórios Regionais da SEDS. A
341 **Coordenadora Elenice Malzoni**, informou ter já atuado junto à Defesa Civil e o grupo
342 possui um plano já estabelecido. O que não deveria ocorrer é a Assistência Social passar a
343 executar ações da Defesa Civil ou até mesmo articular ações que seriam da sua
344 competência. °**Informes Gerais**- Após consenso, decidiu-se repassar os informes via e-
345 mail . O Presidente agradeceu a presença dos Conselheiros e demais convidados,
346 encerrando a Assembleia Ordinária. A presente ata foi gravada e redigida por Regina
347 Amasiles Rodrigues Costa (SEDS), digitada e formatada por Matheus Duarte da Silva,
348 sendo a Secretária Executiva Helena Navarro Gimenez.